

**Maria Rodrigues Cunha
Guimarães Drumond**

**Parentalidade
Responsável e a (não)
Vacinação Infantil**

EDITORA LUMEN JURIS

RIO DE JANEIRO

2021

Copyright © 2021 by Maria Rodrigues Cunha Guimarães Drumond

Categoria: Direito Constitucional

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Renata Chagas
Imagem da capa: Marina Sant'Anna Mitraud Ruas

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

D795p

Drumond, Maria Rodrigues Cunha Guimarães
Parentalidade responsável e a (não) vacinação infantil /
Maria Rodrigues Cunha Guimarães Drumond. – Rio de Ja-
neiro : Lumen Juris, 2021.
222 p. ; 21 cm.

Bibliografia : p. 173-205.
Inclui material complementar para download.

ISBN 978-65-5510-921-4

1. Direito constitucional. 2. Direito de família. 3. Direito
à saúde. 4. Responsabilidade social. 5. Vacinação infantil.
6. Princípio do melhor interesse da criança e do adolescente.
I. Título.

CDD 342

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

Sumário

Siglas e abreviaturas	XI
Prefácio	1
Apresentação	3
Introdução	5
1 O novo paradigma da função parental e a efetivação dos direitos das crianças e dos adolescentes	7
1.1 O conceito de família e a sua mutabilidade histórica	8
1.2 A criança no ordenamento jurídico brasileiro: de objeto a sujeito de direitos	20
1.3 O poder familiar sob a égide do Código Civil de 2002	32
1.4 A previsão normativa do direito à saúde	39
2 A vacinação enquanto facilitadora da concretização do direito fundamental à saúde	55
2.1 A vacina e o primeiro movimento antivacinação brasileiro.....	55
2.2 As <i>fake news</i> e o acesso à (des) informação	61
2.3 O Programa Brasileiro de Vacinação.....	77
2.4 A corrente antivacina e os meios alternativos para o desenvolvimento da imunidade.....	91
2.5 Aspectos bioéticos da vacinação obrigatória.....	103

3 A tomada de decisão e a obrigatoriedade normativa	113
3.1 Parentalidade responsável e o melhor interesse do menor como prioridade na escolha pela (não) vacinação.....	113
3.2 O direito à saúde enquanto limitador da decisão	123
3.3 O tratamento dado pelo ordenamento jurídico à vacinação e a ausência de efetividade das sanções legalmente previstas.....	137
3.4 A visão dos tribunais brasileiros sobre a (não) vacinação.....	151
3.5 A vacinação no cenário internacional	161
Considerações finais.....	169
Referências	173